



Instituto de Previdência Social dos Funcionários Municipais de Rio Brilhante

“ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 012/2025 DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE RIO BRILHANTE – PREVBRILHANTE. Aos vinte e dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco (20-10-2025), as oito horas (08:00h), reuniram-se, de forma remota, por meio da plataforma Google Meet, os membros Comitê e Investimentos: Eloisa Vanderleia Zucão, Osmar Pereira dos Santos, Ana Paula de Souza Santos, a Diretora Presidente do Instituto Sra. Evone Bezerra Alves e a Diretora Financeira Valéria Carlos de Lima. A Sra. Valéria declarou abertos os trabalhos, cumprimentou os presentes e apresentou a pauta do dia enviada antecipadamente cuja convocação consta no site institucional do PrevBrilhante, juntamente com a agenda das reuniões e assim todos mensalmente são cientes e automaticamente convocados das reuniões, sendo: **1-** Relatório dos investimentos do mês de setembro/2025 (rentabilidade positiva de 1,25%), 3º Trimestre (2,97%); **2-** Elaboração do parecer mensal do comitê de investimentos do PrevBrilhante mês de referência setembro/2025; **3-** Acompanhamento do desenquadramento passivo no art. 7º, V, “a” cujo limite mínimo previsto para 2025 é de 0,1%; **4-** Valor do Aporte mensal conforme O.I. 015/2025 para fundo ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FIC FI (CNPJ:21.838.150/0001-49). Valor acumulado do aporte R\$ 64.478.985,77; **5-** Aquisição de NTN-B 2028 (TPF) e NTN-F (TPF) no dia 10/10/2025, no valor total de R\$ 9.002.366,27, com taxa de 13,9600% para os ativos NTN-F, com vencimentos em 01/2027 e 8,2600% para os ativos NTN-B, com vencimento em 08/2028; **6-** Análise do Parecer nº 117/2025 da Atuarial Consultoria de Investimentos referente à amortização do FIDC Premium, após a alienação integral dos ativos da carteira; **7-** Nova taxa de juros para elaboração da Política de Investimentos 2026 e na Avaliação Atuarial 2026 de 5,62% - meta de rentabilidade para 2026 IPCA + 5,62%; **8-** Pagamento de Compensação Previdenciária, referente a competência de 09/2025, com vencimento em 07/11/2025, totalizando R\$ 36.062,52, sendo: para o RGPS, o valor de R\$ 33.442,04; para o RPPS de Campo Grande/MS, o valor de R\$ 77,21; para o RPPS de Nova Alvorada do Sul/MS, o valor de R\$ 597,81; para o RPPS de Três Lagoas, o valor de R\$ 80,03; para o RPPS do Estado de MS, o valor de R\$ 1.750,61; para o RPPS do Estado de PR, no valor de R\$ 80,96 e para o RPPS do Estado de SC, no valor de R\$ 33,86; **9-** Assuntos Diversos. Dando início ao **item 1** a Sra. Valéria apresentou o relatório de investimentos do PrevBrilhante do mês de setembro/2025 já disponibilizado a todos e publicado no site do PrevBrilhante, no qual a carteira de investimentos teve no mês uma rentabilidade satisfatória de 1,25% e que a rentabilidade acumulada positiva no 3º Trimestre foi de 2,97 % contra uma meta atuarial de 1,91%. Informou que a carteira de

investimentos do PREVBILHANTE apresenta-se com uma rentabilidade acumulada de 10,53% a.a., enquanto o indicador de desempenho do mercado (CDI), obteve um rendimento acumulado de 10,37% a.a., ou seja, uma carteira que alcançou até o momento, uma rentabilidade de 101,53% sobre o índice de referência do mercado, enquanto que meta atuarial no mesmo período é de 7,63%, (IPCA + 5,19%), encerrando em 30 de setembro de 2025 com saldo de R\$ 239.624.819,91 (duzentos e trinta e nove milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, oitocentos e dezenove reais e noventa e um centavos) e assim em atendimento a Portaria MTP Nº1467/2022 o relatório trimestral será enviado para aprovação do Conselho Curador. Imediatamente os membros passaram ao **item 2** na elaboração do parecer mensal atendendo as legislações e no intuito de aprimorar a qualidade da gestão previdenciária do RPPS, no qual contempla: Relatórios de Investimentos, disponibilizado pela Assessoria de Investimentos; Enquadramento da carteira do RPPS perante à sua Política Anual de Investimentos; Enquadramento dos Fundos de Investimento da carteira do RPPS perante à Resolução CMN em vigor; Análise dos Riscos e Volatilidade dos Fundos de Investimento e Análise dos Riscos e Volatilidade das Instituições Financeiras, que também será disponibilizado no site do PrevBrilhante. Após análise e discussões juntamente com a consultoria de investimentos chegou-se num consenso que no mês de outubro/2025, convém o RPPS aplicar os recursos da seguinte forma: Na reunião realizada no dia 17/09/2025, o COPOM decidiu por manter em 15,00% a.a. a Taxa Selic. O mercado passou a projetar a possibilidade do ciclo de redução da Selic, iniciar a partir de dezembro/2025. Segundo o Boletim FOCUS do Banco Central, a projeção é a Taxa Selic finalizar 2025 em 15,00% a.a. e finalizar 2026 em 12,25%. Nesse caso, com a Taxa Selic elevada, convém os investidores continuarem elevando o percentual aplicado em índices Conservadores (DI e IRF-M 1), priorizando agora, o índice IRF-M 1, que se beneficia mais do que o DI em ciclos de redução da Taxa Selic. Conforme anunciou o COPOM, o ciclo de elevação da Taxa Selic chegou ao fim. Mas, conforme o comunicado da reunião do COPOM, de setembro/2025, a Taxa Selic permanecerá alta por um período prolongado. Esse movimento favorece os índices IMAs, já que eles possuem correlação inversa com a Taxa Selic. Quando ela estagna ou cai, os índices IMAs sobem e vice-versa. Convém os investidores manterem o percentual aplicado nos índices IMA, visando aproveitar a recuperação desses índices que tiveram desvalorização em 2024. Devido a recente recuperação, diante desse cenário, a tendência será os índices de Médio e Longo Prazo continuarem apresentando boa rentabilidade do que o verificado no 1º semestre/2025. Recomendamos ao RPPS aguardarem mais alguns meses, para voltarmos a investir em índices IMAs. Ainda permanece interessante

67 aportar recursos em Fundo Vértice (com data de vencimento máxima de 35 anos) devido as
68 Taxas de Juros permanecerem superando a Meta Atuarial. O mercado de ações também possui
69 correlação inversa com a Taxa de Juros (sempre que a Selic sobe, a tendência é a Bolsa de
70 Valores desvalorizar). Esse fato é devido que a elevação dos juros encarece o financiamento
71 para as empresas investirem e encarece o financiamento para as pessoas consumirem bens e
72 serviços, desaquecendo a economia. Como a previsão do Boletim FOCUS do Banco Central,
73 projeta a Taxa Selic finalizando 2025 em 15,00% a.a., convém os investidores manterem o
74 percentual aplicado, visando aproveitar a eminente recuperação. Devido a recente valorização
75 dos últimos meses, a tendência será devolução de parte dessa recuperação nos próximos meses.
76 Recomendamos aos RPPS suspenderem temporariamente aplicações em Renda Variável. Na
77 reunião realizada no dia 30/07/2025, o COPOM decidiu interromper o ciclo de elevação da
78 Taxa Selic, decidindo por manter em 15,00% a.a.. O COPOM informou em seu comunicado,
79 que deverá manter os juros em 15,00% a.a. por um período prolongado. O Copom elencou os
80 riscos que podem afetar a inflação, com atenção a imposição de tarifas de 50% sobre os produtos
81 Brasileiros. Segundo o Boletim FOCUS do Banco Central, a projeção é a Taxa Selic finalizar
82 2025 em 15,00% a.a. e finalizar 2026 em 12,50%. Nesse caso, o Fundo indicado, busca
83 aproveitar o mercado de juros (pré-fixados, atrelados à inflação e pós-fixados), com o objetivo
84 de se beneficiar dos prêmios de risco das curvas de juros em períodos favoráveis e amenizar
85 perdas em momentos de maior volatilidade. Sendo o fundo ITAÚ INSTITUCIONAL
86 ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FIC FI (CNPJ: 21.838.150/0001-49) na conta corrente 27700-3
87 (APORTE FINANCEIRO), sendo uma boa opção buscando o equilíbrio entre risco e retorno
88 já aprovado pelo Conselho Curador. Seguindo para o **item 3** –a Sra. Valéria rememorou dizendo
89 que após a movimentação da carteira e a amortização dos valores, foi analisado o impacto sobre
90 a Política de Investimentos do PrevBrilhante para o exercício de 2025. Foi apresentado ao
91 Comitê de Investimentos o enquadramento do PrevBrilhante em relação aos limites
92 estabelecidos na Resolução CMN nº 4.963/2021. Conforme dispõe o art. 19, § 1º, os fundos de
93 investimento enquadrados no art. 7º, V, “a” não poderão receber mais do que 5% (cinco por
94 cento) do patrimônio líquido do fundo. De acordo com o Relatório Mensal de Investimentos
95 (página 08), constatou-se que o PrevBrilhante se encontra desenquadrado no artigo 7º, inciso
96 V, alínea “a”, quanto ao limite mínimo de aplicação. A Política Anual de Investimentos 2025
97 prevê a aplicação mínima de 0,1% em Fundos de FIDC – Classe Sênior, contudo o percentual
98 aplicado atualmente é de 0,0003%. Com base no art. 27 da Resolução CMN nº 4.963/2021, o
99 RPPS poderá manter, por até 180 (cento e oitenta) dias, aplicações desenquadradas em relação

à norma, desde que comprovado tratar-se de situação involuntária e que o desinvestimento possa representar maiores riscos à observância dos princípios estabelecidos no art. 1º da mesma Resolução. Verificou-se que o desenquadramento decorreu de amortização ocorrida no fundo de investimento, a qual reduziu o valor da aplicação do PrevisãoBrilhante, ocasionando o desenquadramento perante a PAI/2025. O Comitê analisou a possibilidade de retificação da Política Anual de Investimentos 2025, considerando que o Instituto já se encontra em fase de elaboração da Política de Investimentos para o exercício de 2026, ocasião em que poderá ser revisto o limite mínimo previsto no artigo 7º, inciso V, alínea “a”, para 0%, permanecendo o PrevisãoBrilhante dentro do prazo legal estabelecido no artigo 1º da Resolução CMN nº 4.963/2021. Quanto ao **item 4** – Conforme já explanado no item 2, que na reunião realizada no dia 17/09/2025, o COPOM decidiu por manter em 15,00% a.a. a Orientação da Atuarial Consultoria & Investimentos nº 015/2025 indicou, para a aplicação do valor de R\$ 1.229.940,89 (um milhão, duzentos e vinte e nove mil, novecentos e quarenta reais e oitenta e nove centavos), correspondente ao Aporte Financeiro de julho de 2025, o fundo Itaú Institucional Alocação Dinâmica – CNPJ 21.838.150/0001-49, cuja estratégia consiste em explorar o mercado de juros (pré-fixados, atrelados à inflação e pós-fixados), buscando capturar prêmios de risco em períodos favoráveis e mitigar perdas em cenários de maior volatilidade. Também foram apresentados os extratos referentes aos valores que compõem o aporte financeiro mensal, os quais, desde julho de 2019, vêm sendo controlados separadamente dos demais recursos, de forma a evidenciar a vinculação específica para a qual foram instituídos. Ressaltou-se que tais valores permanecem devidamente aplicados em conformidade com as normas vigentes, observando-se o prazo mínimo de cinco anos. O saldo verificado ao final de setembro de 2025 totalizou R\$ 64.478.985,77 (sessenta e quatro milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, novecentos e oitenta e cinco reais e setenta e sete centavos). Seguindo para o **item 5**– Com relação a este item, a sra Valéria informou que, conforme o Parecer de Investimentos nº 101/2025, emitido pela Consultoria de Investimentos do PrevisãoBrilhante – Atuarial Consultoria de Investimentos, e aprovado pelo Conselho Curador em conjunto com o Comitê de Investimentos, foi deliberado o resgate do montante de R\$ 9.253.479,67 (nove milhões, duzentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e setenta e nove reais e sessenta e sete centavos), equivalente a aproximadamente 3,85% do patrimônio líquido da carteira do Instituto (base agosto/2025), para alocação em títulos públicos federais com o objetivo de proteger os ganhos acumulados e preservar o patrimônio previdenciário. O valor aplicado no Fundo Caixa Brasil Estratégia Livre FICC FIF Mult LP – Responsabilidade Limitada (CNPJ 34.660.276/0001-18),

no valor de R\$ 256.971,25 (duzentos e cinquenta e seis mil, novecentos e setenta e um reais e vinte e cinco centavos), possuía prazo de resgate de D+15 (dias úteis), informação está divergente da apresentada no Relatório de Investimentos do PrevBrilhante, o qual constava de forma incorreta. Informou-se, ainda, que não havia possibilidade de aguardar o prazo de D+15 dias úteis para o resgate do referido fundo, uma vez que tal espera poderia ocasionar perda do timing de mercado e consequente redução da taxa indicativa de rentabilidade para aquisição dos títulos públicos federais (NTN-B e NTN-F), prejudicando a estratégia de investimento aprovada e a rentabilidade projetada. Dessa forma, o montante total previsto para aquisição de títulos públicos federais era de R\$ 8.996.508,48 (oito milhões, novecentos e noventa e seis mil, quinhentos e oito reais e quarenta e oito centavos), podendo ser ajustado conforme o valor efetivamente disponível na data da liquidação dos investimentos. Em 10/10/2025, foi realizada a aquisição dos títulos públicos federais NTN-F (TPF), com vencimento em 01/2027, à taxa de 13,9600%, e NTN-B (TPF), com vencimento em 08/2028, à taxa de 8,2600%, totalizando R\$ 9.002.366,27 (nove milhões, dois mil, trezentos e sessenta e seis reais e vinte e sete centavos). Entretanto, foi informado aos conselheiros que a liquidação dos títulos prevista para ocorrer no dia 13/10/2025 não pôde ser realizada, em razão da não efetivação da transferência do valor total para a conta de custódia da XP Investimentos dentro do prazo necessário para a operacionalização. Assim, o valor somente foi transferido no dia 14/10, data em que a operação pôde ser efetivamente concluída, mantendo-se o montante total aplicado de R\$ 9.002.366,27. A aquisição foi realizada com os valores atualizados conforme a taxa DI do dia subsequente, resultando nos seguintes investimentos: NTN-B 08/2028, à taxa de 8,2600%, totalizando R\$ 7.148.186,02, correspondente a 1.640 unidades, ao PU de R\$ 4.358,650010; NTN-F 01/2027, à taxa de 13,9600%, totalizando R\$ 1.854.180,25, correspondente a 1.877 unidades, ao PU de R\$ 987,842437. Registrou-se que, caso a liquidação tivesse ocorrido na data inicialmente prevista (13/10/2025), seriam aplicados os PUs vigentes naquela data. A diferença verificada decorre da atualização dos valores conforme o rendimento obtido no período entre o resgate e a efetiva aplicação. A diferença a maior, no valor de R\$ 5.857,85 (cinco mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e oitenta e cinco centavos), refere-se ao ganho financeiro apurado durante esse intervalo, conforme demonstrado na tabela de rendimento dos valores aplicados (em anexo). Dessa forma, o montante total para aquisição de títulos públicos federais foi ajustado ao valor efetivamente ajustado na data da liquidação dos investimentos. Dessa forma, o Comitê de Investimentos registrou que, desde a data da solicitação de resgate dos fundos para aquisição dos Títulos Públicos Federais, os valores permaneceram aplicados e geraram rendimento

positivo de R\$ 21.687,05 (vinte e um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinco centavos). Conforme apuração realizada em 14 de outubro de 2025, o total de cotas era de 2.745.300,70, com valor da cota de 3,284957262, resultando em um valor total de R\$ 9.018.195,47 (nove milhões, dezoito mil, cento e noventa e cinco reais e quarenta e sete centavos). O registro demonstra o ganho financeiro obtido no período compreendido entre o pedido de resgate e a efetiva aquisição de Títulos Públicos Federais, reforçando a eficiência na gestão e o aproveitamento dos recursos disponíveis até a data da liquidação da operação, dessa forma o Comitê tomou ciência e registrou o rendimento obtido, considerando o resultado positivo como reflexo da boa gestão e da correta alocação dos recursos previdenciários, em conformidade com a Política Anual de Investimentos vigente. Na sequência a o **item 6** – A Sra. Valéria expôs a Análise do Parecer nº 117/2025 da Atuarial Consultoria de Investimentos referente à amortização do FIDC Premium, após a alienação integral dos ativos da carteira. O qual o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) PREMIUM que está em processo de liquidação, recentemente, foi aprovada e concluída a alienação integral dos direitos creditórios que compunham sua carteira. O valor total da venda desses ativos foi de R\$ 35 milhões. No entanto, apenas R\$ 21.915.000,00 (21 milhões e 915 mil) desse montante foi destinado à amortização (pagamento) dos cotistas. A diferença entre o valor da venda (R\$ 35 milhões) e o valor amortizado aos cotistas (R\$ 21,915 milhões) foi utilizada para cobrir demais obrigações do Fundo. Essa necessidade de quitação de débitos levou a uma redução no valor final distribuído aos cotistas em comparação com o que havia sido projetado anteriormente. Essa situação foi confirmada e reforçada por um Fato Relevante que mencionou uma variação negativa de -14,19% ocorrida em 12/09/2025, a qual decorreu especificamente do cumprimento de uma ordem judicial que exigiu a utilização de parte dos recursos. Em resumo, a venda integral dos ativos não resultou na distribuição do valor total da transação devido à necessidade de liquidar obrigações, incluindo as decorrentes de uma ordem judicial. Seguindo com o **item 7-** da pauta a Sra. Evone informou aos membros que foi repassado pela empresa Actuarial (consultoria atuarial do PrevBrilhante) a nova taxa de juros, para elaboração da Política de Investimentos 2026 e Avaliação Atuarial 2026, de 5,62%. Desta forma, a meta de rentabilidade do PrevBrilhante para o exercício de 2026 será o IPCA + 5,62%. Já no **item 8-** foi apresentado o demonstrativo referente ao pagamento da Compensação Previdenciária da competência de setembro de 2025, com vencimento em 07/11/2025, totalizando o valor de R\$ 36.062,52 (trinta e seis mil, sessenta e dois reais e cinquenta e dois centavos), sendo: RGPS: R\$ 33.442,04; RPPS de Campo Grande/MS: R\$ 77,21; RPPS de Nova Alvorada do Sul/MS: R\$ 597,81; RPPS de



Instituto de Previdência Social dos Funcionários Municipais de Rio Brilhante

“ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”

Três Lagoas/MS: R\$ 80,03; RPPS do Estado de Mato Grosso do Sul: R\$ 1.750,61; RPPS do Estado do Paraná: R\$ 80,96; RPPS do Estado de Santa Catarina: R\$ 33,86. Os membros do comitê, considerando que o valor do resgate solicitado do Fundo Caixa Brasil Estratégia Livre FICC FIF Mult LP – Responsabilidade Limitada, no montante de R\$ 256.971,25, estará disponível apenas em 23 de outubro de 2025, sugere ao Conselho Curador que o referido valor permaneça aplicado no Fundo PB Fluxo (conta 18020) até a data do pagamento da compensação previdenciária, cujo vencimento ocorrerá em 07/11/2025, e que, o valor remanescente seja utilizado para complementar a folha de pagamento do mês de outubro de 2025, garantindo o cumprimento dos compromissos previdenciários e o equilíbrio financeiro de caixa do Instituto. Finalizando o **item 9- Assuntos diversos** - A Sra. Evone destacou a importância da Regularidade Previdenciária dos entes e que o CRP tem a finalidade de atestar, conforme aspectos de verificação estabelecidos para cada critério, que o ente cumpre as regras constitucionais e legais voltadas para a gestão do seu respectivo RPPS e, conseqüentemente, tende a propiciar aos seus segurados e beneficiários um RPPS com gestão direcionada ao fortalecimento e sustentabilidade em decorrência das boas práticas de gestão implementadas e mantidas. Exige-se o CRP para a realização de transferências voluntárias, excetuando-se, porém, a sua exigência nas transferências relativas às ações de educação, saúde e assistência social, nos termos do § 2º do artigo 246 da Portaria nº 1.467, de 2 de junho de 2022, e do § 3º do artigo 25 da Lei Complementar nº 101/2000, de modo que o legislador teve a preocupação de resguardar áreas essenciais e ponderar os bens jurídicos relativos a elas, além da necessidade de se preservar o equilíbrio financeiro e atuarial, na forma prevista no artigo 40 da Constituição Federal. Continuou dizendo que é com muito regozijo que apresenta o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP válido até 12/04/2026. Nada mais havendo a tratar, encerram a reunião, lavrando a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelos presentes.

Ana Paula de Souza Santos
Membro do Comitê

Eloisa Vanderleia Zucão
Membro do Comitê

Osmar Pereira dos Santos
Membro do Comitê

Valéria Carlos de Lima
Diretora Financeira/Membro do Comitê

Evone Bezerra Alves
Diretora Presidente/Membro do Comitê